

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DE CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para realização de serviço comum de engenharia para inspeção, emissão de ART, elaboração de laudos de linha de vida, fornecimento e instalação de linhas de vida horizontal, vertical e pontos de ancoragem nas coberturas dos dois prédios da pousada da unidade Sesc Contagem, incluindo toda mão de obra, equipamentos, ferramentas e insumos para perfeita realização dos trabalhos.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Propondo atender às normas vigentes de segurança para trabalhos em altura, faz-se necessário a contratação de empresa para instalação de linha de vida vertical, horizontal e pontos de ancoragem para acesso que atendam as normas vigentes de segurança para trabalhos em altura de colaboradores próprios e terceiros ao topo da estrutura em questão, trazendo assim segurança para a realização de trabalhos em altura por parte de colaboradores próprios e terceiros em atividades rotineiras que exigem acesso à cobertura citada.

2.2. Abaixo são apresentadas fotos de estruturas para a instalação do sistema:

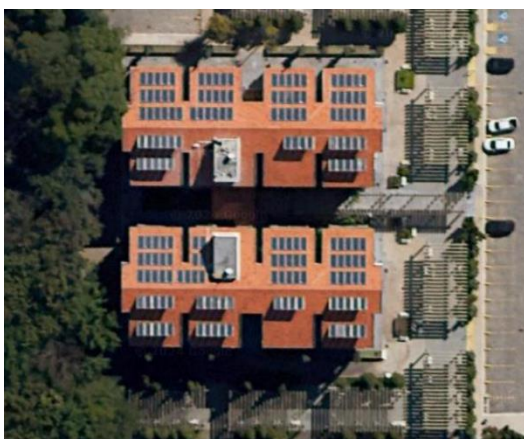


Foto 01: Vista cobertura.



Foto 02: Vista dos prédios da pousada.

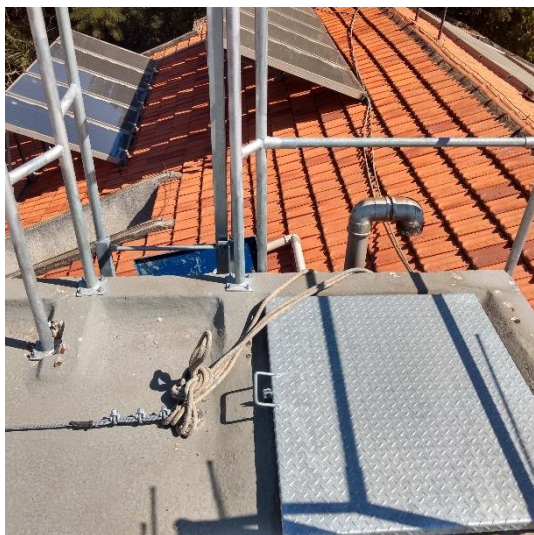


Foto 03: Vista da cobertura.

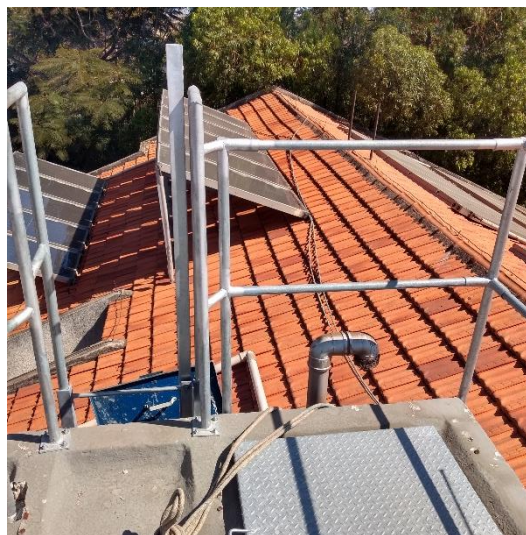


Foto 04: Vista da cobertura.

3. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

3.1. PRÉDIO POUSADA – SESC CONTAGEM – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA

3.1.1. Fornecimento e instalação de sistema de linha de vida vertical, horizontal, pontos de ancoragem e demais itens que atendam a todas as normas para realização de trabalho em altura bem como todos os materiais, equipamentos e acessórios necessários para sua fixação e plena utilização nas coberturas dos dois prédios da pousada da unidade Sesc Contagem nas dimensões aproximadas:

Prédio A:

- a) Altura aproximada da cobertura: 15,00m;
- b) Dimensões aproximadas da cobertura: 38,00m x 18,00m;

Prédio B:

- c) Altura aproximada da cobertura: 15,00m;
- d) Dimensões aproximadas da cobertura: 38,00m x 18,00m;

3.1.2. O sistema deverá ser composto dos itens relacionados abaixo bem como qualquer outro que se faça necessário para sua adequação ao trabalho em altura conforma normas vigentes:

- Cabos de aço;
- Absorvedores de energia;
- Esticadores de cabo;
- Postes de ancoragem tratados galvanizados e pintados na cor do cinza se especificado em projeto;
- Anéis de ancoragem intermediários e de extremidade, ou outros previstos no projeto.

3.2.3. Instalação de escada para acesso, seguindo as condições abaixo:

- a) Deve ser prevista no projeto o fornecimento e instalação de escada marinheiro dotada de gaiola e extensível de modo a permitir a circulação de colaboradores e clientes na área de acesso dos alçapões;
- b) Deve ser prevista no projeto uma linha de vida vertical na escada marinheiro visando acesso durante o acesso;
- c) A escada deverá seguir as normas vigentes para construção como: material de construção, espaço entre degraus, guarda-corpo e seu aro com dimensão do diâmetro, fixação por meio químico ou solda.

3.2.4. A CONTRATADA deverá elaborar e apresentar projeto executivo detalhado contendo todos os dados de instalação executados tais como cálculo de zona de queda livre, descrição dos materiais, forças atuantes e layout das linhas de vida. A contratada deverá apresentá-los nas seguintes condições:

- * Em conformidade com as normas de saúde e de segurança do trabalho nacionais e internacionais vigentes;
- * Nos formatos de projetos iniciais (croquis) inclusive dos pontos de ancoragem e das linhas de vida provisórias que serão necessárias para a instalação inicial daquelas que serão permanentes;
- * O sistema de ancoragem temporário deve:
 - a) atender aos requisitos de compatibilidade a cada local de instalação conforme procedimento operacional;
 - b) ter os pontos de fixação definidos sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado.
- * Nos formatos em AUTO-CAD e em PDF os projetos temporários e definitivos (*As Built*);
- * Data Book, contendo os projetos definitivos, os memoriais de cálculo com a capacidade de carga e de usuários de todo o sistema de pontos de ancoragem e de linhas de vida;

* Ainda com relação ao item anterior, é indispensável, para a aprovação dos projetos definitivos, a realização de visitas técnicas prévias *in loco* na unidade constante no Apenso I desse Termo de Referência. Nas visitas técnicas, serão observados os locais onde serão instalados os itens de engenharia de acesso;

- Conforme determinam os subitens 4.1 e 4.1.1 do item 4 (Projetos e especificações) da NR-35, os projetos e as especificações técnicas do sistema de ancoragem devem quando aplicável, atender as seguintes condições:

A1) estar sob responsabilidade de um profissional legalmente habilitado;

A2) ser elaborados levando em conta os procedimentos operacionais do sistema de ancoragem;

A3) conter indicação das estruturas que serão utilizadas no sistema de ancoragem;

A4) conter detalhamento e/ou especificação dos dispositivos de ancoragem, ancoragens estruturais e elementos de fixação a serem utilizados.

* Dimensionamentos que determinem os seguintes parâmetros:

B1) a força de impacto de retenção da queda do(s) trabalhador(es), levando em conta o efeito de impactos simultâneos ou sequenciais;

B2) os esforços em cada parte do sistema de ancoragem decorrentes da força de impacto;

B3) a zona livre de queda necessária.

- Todos os projetos deverão constar o cálculo do fator de queda dos sistemas de linhas de vida e de pontos de ancoragem provisórios e permanentes;

- Os fatores de queda deverão ser preferencialmente menores ou iguais a 01(um);

- Caso os fatores de queda sejam maiores do que 01 (um), o CONTRATADO deverá justificar o motivo técnico da inviabilidade e propor outra solução alternativa para a demanda em questão, cabendo a CONTRATANTE aceitar ou recusar tais alegações;

- Em quaisquer tipos de ancoragem e de linhas de vida, deve-se prever, sobre o trabalhador em caso de queda em níveis diferentes, uma força de impacto menor do que 06 (seis) kilonewtons (KN);

- Todos os projetos definitivos deverão ser elaborados, conforme o item 35.5 (Sistemas de Proteção contra Quedas) e seus subitens aplicáveis da NR-35;

- Todos os projetos definitivos do sistema de pontos de ancoragem e de linhas de vida deverão contemplar os acessórios (postes, olhais, barras roscadas, ferramenta para climpagem hidráulica, cabos de aço, cliques/grampos, troles, trava-quezas, absorvedores de energia, dispositivos bloqueadores de fim de linha e retráteis, conectores, previsão de pequenos reforços estruturais, placas de sinalização de segurança do trabalho, passarelas de circulação e etc.).

3.2.5. A CONTRATADA deverá apresentar memorial de cálculo das cargas e forças atuantes no sistema no projeto a ser apresentado.

- 3.2.6.** A CONTRATADA deverá apresentar relatório contendo todos os dados referentes aos testes de arranque realizados em formato PDF tais como laudos de ensaios dos dispositivos e atendimento a NBR 16325 – Teste de deformação, resistência estática e dinâmica assinadas pelo responsável técnico da instalação e projeto.
- 3.2.7.** A CONTRATADA deverá fornecer certificado de garantia de 12 meses do material e instalação.
- 3.2.8.** A CONTRATADA deverá fornecer certificado de homologação dos materiais, anteriormente à utilização dos mesmos, no momento da prestação dos serviços.
- 3.2.9.** Todos os produtos e itens usados deverão ser dotados de marcação em atendimento à norma NBR 16325 – CNPJ, nome da empresa, lote de fabricação, capacidade de usuários, tipo de sistema, pictograma de leitura o manual e norma aplicável.
- 3.2.10.** O sistema deverá ser dotado de placa metálica para sua devida identificação.
- 3.2.11.** A CONTRATADA deverá fornecer manual de utilização do sistema.
- 3.2.12.** A CONTRATADA deverá fornecer documento “Databook” de entrega de obra contendo toda documentação pertinente ao sistema como projeto, ART’s, certificados, laudos, memorial de cálculo etc.
- 3.2.13.** Todas as peças fixadas deverão ser vedadas em seu perímetro evitando assim pontos de infiltrações.
- 3.2.14.** A CONTRATADA deverá apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) registrada em órgão competente validando o sistema da linha de vida. A contratada deverá fornecer laudo e ART individual para o sistema de linha de vida instalado. Emitir a Anotação da Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA de cada etapa correspondente ao processo (Projeto, Execução e Inspeção de todo o sistema de linhas de vida).
- 3.2.15.** A CONTRATADA deverá fazer a checagem das cargas.

3.2.16. A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos, ferramentas, mão de obra e materiais para execução dos serviços.

3.2.17. Todo material deverá ser fabricado em conformidade com a NBR 16325 – Anexo II da NR-35.

3.2.18. As execuções deverão seguir rigorosamente os projetos definitivos apresentados. A CONTRATADA deverá fornecer e instalar todos os acessórios e os materiais necessários para as execuções dos projetos definitivos. Conforme determinam os itens e os subitens da NR-18, os pontos de ancoragem devem ser instalados nas seguintes condições:

- * De modo a atender todo o perímetro da edificação;
- * Com os dizeres indicados da razão social do fabricante e do seu CNPJ no próprio material;
- * Com a carga pontual mínima de 1.500 Kgf (mil e quinhentos quilogramas-força) suportada e indicada, no próprio material em caracteres indelévels e legíveis, bem como o seu número de fabricação/série;

- * Com material resistente às intempéries, aço inoxidável ou material de características equivalentes, indicando expressamente no dispositivo de ancoragem o nome do referido material;
- * De modo que os pontos de ancoragem de equipamentos e dos cabos de segurança sejam independentes;
 - Antes das execuções, é obrigatória a instalação de pontos de ancoragem e de linhas de vida provisórios, visando à saúde e à segurança dos trabalhadores da CONTRATADA;
 - Após as instalações, os pontos de ancoragem e linhas de vida provisórios deverão ser retirados;
 - Caso seja necessário, a CONTRATADA deverá fazer pequenos reforços estruturais visando à instalação dos pontos de ancoragem e das linhas de vida definitivas e ao resguardo da segurança do trabalho em altura nas atividades de manutenção predial;
 - A CONTRATADA deverá fornecer passarelas de circulação em telhados e/ou coberturas que garantam a segurança dos trabalhadores usuários, conforme determina o subitem 18.18.1 da NR-18;
 - As linhas de vida deverão ser instaladas com cabos de aço inox novos, em perfeito estado de conservação, e devidamente certificados pelas normas nacionais e internacionais vigentes;
 - Deverão ser utilizados nos cabos de aço inox das linhas de vida permanentes um dos métodos de fixação, observando-se a seguinte hierarquia:
 - * Crimpagem hidráulica, conforme determinam as normas internacionais vigentes;
 - * 03 (três) cliques de ancoragem, no mínimo, sendo indispensável a devida observação quanto à sua instalação correta;

- Além dos cabos de aço, todos os componentes e/ou acessórios deverão ser de material inox (olhais, absorvedores de energia, clips, postes e etc.);
- É vedada a instalação de linhas de vida permanentes, isto é, horizontais e verticais com quaisquer tipos de cordas;
- No caso de escadas, estas deverão ser instaladas com degraus antiderrapantes, obedecendo-se à seguinte hierarquia das proteções coletivas:
 - * Eliminam e/ou neutralizam o risco de queda (escadas definitivas de uso coletivo e/ou passarelas com guarda-corpo e rodapé, sendo travessão superior de 1,20 metros de altura, travessão intermediário de 0,70 metros e 0,20 metros de rodapé, prevendo-se também, caso seja possível tecnicamente, a instalação de patamares de descanso com dimensões mínimas de 0,80 m x 0,80 m).
 - * Minimizam o risco de queda com a utilização de EPI's e de travas-quedas compatíveis com as linhas de vida verticais de cabos de aço de boa qualidade, tais escadas serão do tipo marinheiro, conforme determinam os itens e os subitens da NR-12 e da NR-18, desde que, em caso de resgate de trabalhadores suspensos, facilitem o acesso do pessoal especializado;
- As escadas referentes aos itens anteriores deverão ser de material resistente, obedecendo-se às normas oficiais vigentes;
- As escadas já existentes poderão ser readaptadas ou até mesmo refeitas, visando à(s) sua(s) adequação(ões) junto às normas de saúde e de segurança do trabalho vigentes;
- A CONTRATADA deverá apresentar, para os pontos de ancoragem, um caderno de recomendações contendo as fotos, as especificações e os quantitativos físicos dos seguintes produtos a serem adquiridos pela CONTRATANTE, se for o caso:
 - * Escadas Portáteis de Abrir, de Estender ou Multifuncionais e do Tipo "Trepadeira" (Fibra de Vidro ou Alumínio, dependendo da atividade a ser executada);
 - * Acessórios como cordas certificadas para a amarração das escadas dos possíveis locais de trabalho referentes às atividades de manutenção predial (elétrica, hidráulica, pintura, ar-condicionado, limpeza de caixa-d'água, serralheria e etc.);
 - * Elementos de ancoragem como varas telescópicas e outros similares;
 - * EPI's (Cintos de Segurança e Talabartes) e Trava-Quedas compatível(is) com as linhas de vida definitivas instaladas;
 - * Equipamentos Específicos de Primeiros Socorros e de Resgate em Trabalho em Altura;
 - * Outros acessórios e/ou EPI's não anteriormente destacados e indispensáveis ao exercício das atividades de trabalho em altura.
- A CONTRATADA deverá apresentar e emitir um laudo técnico de resistência dos materiais utilizados bem como manter um acervo técnico referente à rastreabilidade dos materiais com arquivamento do corpo de prova;

- Deverá haver procedimentos operacionais de montagem e de utilização do sistema de linha de vida e de pontos de ancoragem, conforme determina o item 05 (Procedimentos Operacionais) da NR-35;
- As definições a seguir constam nas NBR 16.325-1 e 16.325-2 que se referem às instalações dos diversos tipos de ancoragem bem como das suas linhas de vida.

Ancoragens do Tipos “A”, “B” e “D”

- A CONTRATADA, conforme determina o item “A.2 - Informações sobre a Instalação a serem Fornecidas pelo Fabricante” da NBR- 16.325-1, deverá repassar as informações fornecidas pelo fabricante sobre a instalação que deve estar em língua portuguesa, incluindo pelo menos conselhos ou informações, nas seguintes condições:

- a) os dispositivos de ancoragem devem ser instalados sob a responsabilidade de profissional legalmente habilitado e serem acompanhados de projeto específico. A instalação propriamente dita deve ser feita por pessoa qualificada para esta finalidade;
- b) que a instalação deve ser verificada de forma adequada, por exemplo, cálculo ou ensaio;
- c) sobre a adequação de materiais de base, ancoragem estrutural, ou elemento de fixação se for o caso, tendo em conta as cargas registradas no dispositivo de ancoragem durante os ensaios de certificação com relação à resistência dinâmica e à integridade;
- d) se a marcação do dispositivo de ancoragem não é acessível após a instalação, marcação adicional junto do dispositivo de ancoragem é recomendada.

- A CONTRATADA deverá disponibilizar, conforme o item “A.4 - Da Orientação sobre a Documentação a ser Fornecida após a Instalação” da NBR 16.325-1.

* Para o usuário, a documentação de instalação fornece as evidências de que a instalação foi realizada corretamente. Além disso, é a base essencial para a inspeção futura do dispositivo de ancoragem, dado que em muitos casos, a fixação dos dispositivos de ancoragem não é visível ou acessível;

* Após a instalação, disponibilizar as cópias da documentação de instalação que devem ser entregues ao usuário. Esta documentação deve ser mantida no edifício para fins de inspeções subsequentes do dispositivo de ancoragem;

A documentação de instalação deve conter pelo menos as seguintes informações:

- a) endereço e localização da instalação;
- b) nome e o endereço da empresa ou do profissional legalmente habilitado responsável pela instalação;
- c) nome da pessoa encarregada pela instalação;
- d) identificação do produto (fabricante do dispositivo de ancoragem, tipo, modelo);
- e) dispositivo de fixação (fabricante, produto, tensão permitida e forças transversais);
- f) plano de instalação esquemático, por exemplo, do telhado, e um manual de utilização sobre, por exemplo, onde os pontos de ancoragem estão localizados;
- g) projeto de instalação.

* Este plano de instalação esquemático, vide modelo constante na figura A.1 da NBR 16.325-1, deve ser afixado na edificação, de modo a ser visível ou disponível para todos (por exemplo, no ponto de acesso ao telhado);

* As declarações dadas pelo profissional legalmente habilitado responsável devem ser assinadas por este e devem conter pelo menos as informações que o dispositivo de ancoragem foi:

- a) instalado de acordo com as instruções de instalação do fabricante;
- b) instalado de acordo com o plano de instalação esquemático;
- c) fixado ao substrato (base) especificado;
- d) fixado conforme especificado (por exemplo, número de parafusos, materiais corretos, posição/localização correta etc);
- e) customizado de acordo com as informações do fabricante;
- f) fornecido com informação fotográfica/documentação, especialmente onde a fixação (parafusos, por exemplo) e o substrato não são mais visíveis, após a conclusão da instalação.

* Recomenda-se que, se houver a necessidade de fotografar mais de um ponto de ancoragem, estes devem ser numerados e essa numeração incorporada nos registros de inspeção do dispositivo de ancoragem e no plano esquemático de instalação.

Ancoragem do Tipo “C”

- A CONTRATADA, conforme determina o item “A.2 - Informações sobre a Instalação a serem Fornecidas pelo Fabricante” da NBR- 16.325-2, deverá repassar as informações fornecidas pelo fabricante sobre a instalação que deve estar em língua portuguesa, incluindo pelo menos conselhos ou informações, nas seguintes condições:

- a) que os dispositivos de ancoragem devem ser instalados sob a responsabilidade de profissional legalmente habilitado e serem acompanhados de projeto específico. A instalação propriamente dita deve ser feita por pessoa qualificada para esta finalidade;
- b) que a instalação deve ser verificada de forma adequada, por exemplo, por cálculo ou ensaio;
- c) sobre a adequação de materiais de base, ancoragem estrutural, ou elemento de fixação se for o caso, tendo em conta as cargas registradas no dispositivo de ancoragem durante os ensaios com relação à resistência dinâmica e integridade;
- d) que, se a marcação do dispositivo de ancoragem não é acessível após a instalação, a marcação adicional junto do dispositivo de ancoragem é recomendada;
- e) informações referentes à linha flexível de ancoragem:

- A distância causada pela deflexão da linha de ancoragem horizontal flexível, nas condições de utilização, incluindo a retenção de uma queda ou restrição;

- Um aviso de que dispositivos de ancoragem tipo C deve ser instalados de tal forma que, em caso de retenção de queda, a deflexão da linha de ancoragem não vai colocá-la em contato com uma borda afiada ou qualquer outro objeto que possa causar danos à linha de ancoragem;
- O ângulo máximo no qual a linha de ancoragem pode chegar ou sair de ancoragens intermediárias ou ancoragens de canto.
- O CONTRATADO deverá disponibilizar, conforme o item “A.3 - Da Orientação sobre a Documentação a ser Fornecida após a Instalação” da NBR 16.325-2.

* Para o usuário, a documentação de instalação fornece evidências de que a instalação foi realizada corretamente. Além disso, é a base essencial para a inspeção futura do dispositivo de ancoragem, dado que, em muitos casos, a fixação dos dispositivos de ancoragem não é visível ou acessível;

* Após a instalação, cópias da documentação de instalação devem ser entregues ao usuário. Esta documentação deve ser mantida no edifício para fins de inspeções subsequentes do dispositivo de ancoragem.

A documentação de instalação deve conter pelo menos as seguintes informações:

- a) endereço e localização da instalação;
- b) nome e endereço da empresa ou do profissional legalmente habilitado responsável pela instalação;
- c) nome da pessoa encarregada pela instalação;
- d) identificação do produto (fabricante do dispositivo de ancoragem, tipo, modelo);
- e) dispositivo de fixação (fabricante, produto, tensão permitida e forças transversais);
- f) plano de instalação esquemático, por exemplo, do telhado, e um manual de utilização, sobre, por exemplo, onde os pontos de ancoragem estão localizados;
- g) projeto de instalação.

* Este plano de instalação esquemático, vide modelo constante na figura A.1 da NBR 16.325-2, deve ser afixado na edificação, de modo a ser visível ou disponível para todos (por exemplo, no ponto de acesso ao telhado);

* As declarações dadas pelo profissional legalmente habilitado responsável devem ser assinadas por este e devem conter pelo menos as informações que o dispositivo de ancoragem foi:

- a) instalado de acordo com as instruções de instalação do fabricante;
- b) realizado de acordo com o plano de instalação esquemático;
- c) fixado ao substrato (base) especificado;
- d) fixado conforme especificado (por exemplo, número de parafusos, materiais corretos, posição/localização correta e etc.);
- e) customizado de acordo com informações do fabricante;
- f) fornecido com informação fotográfica/documentação, especialmente onde a fixação (parafusos, por exemplo) e o substrato não são mais visíveis após a conclusão da instalação.

* Recomenda-se que, onde exista a necessidade de fotografar mais de um ponto de ancoragem, este(s) deve(m) ser numerado(s) e essa numeração deve ser incorporada nos registros de inspeção dos dispositivos de ancoragem e no plano esquemático de instalação.

A CONTRATANTE poderá exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, o cumprimento das demais disposições constantes e aplicáveis das referidas NBR.

3.2.19. Abaixo o croqui para execução das linhas de vida do sistema - Sistema a ser instalado apenas na demarcação em destaque tanto no prédio A quanto no prédio B:

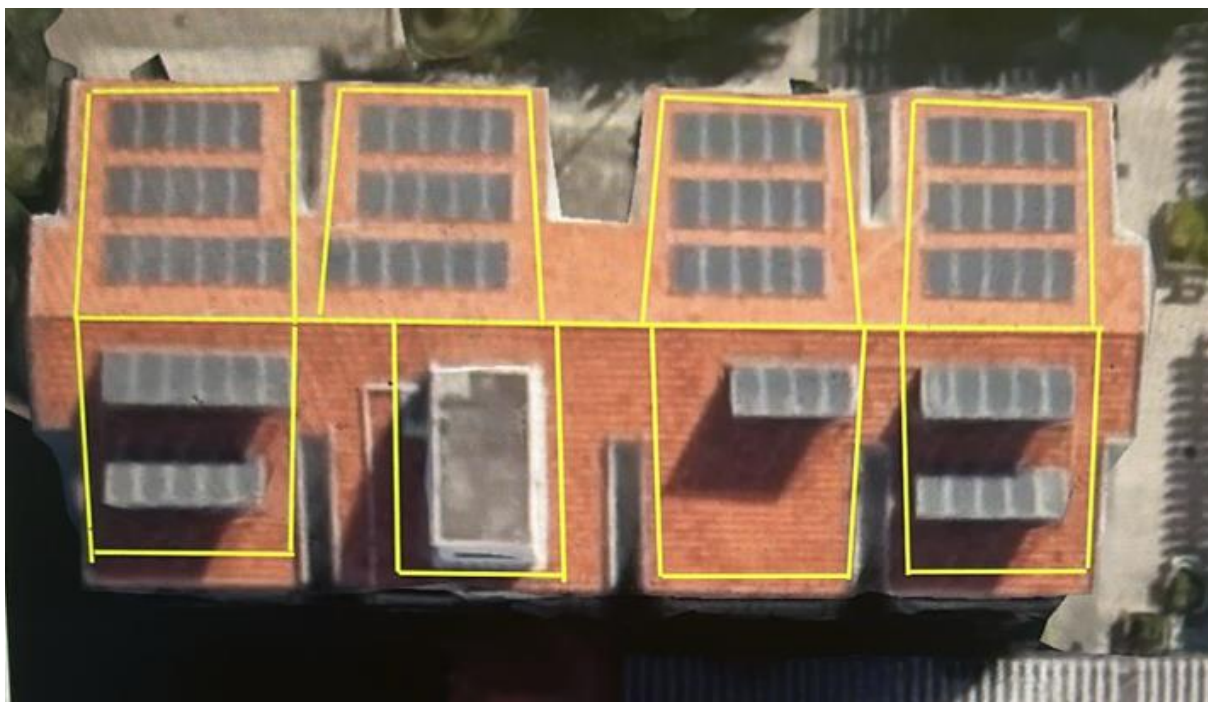


Foto 05: Croqui proposto.

3.2.20. Após a realização dos serviços, a cobertura deverá apresentar aspectos similares conforme as imagens abaixo:



Foto 06: Sistema instalado.



Foto 07: Sistema instalado.

4. LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

4.1. Os serviços serão executados na unidade: SESC Contagem;

4.2. Endereço: R. Padre José Maria de Man, 805 - Novo Riacho, Contagem - MG, 32280-660

5. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

5.1. Constitui objetivo deste Termo de Referência as especificações mínimas necessárias para a contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de sistema de linha de vida nas coberturas dos dois prédios da pousada da unidade Sesc Contagem, incluindo toda mão de obra, equipamentos, ferramentas e insumos para perfeita realização dos trabalhos a fim de que se atenda às normas vigentes de segurança para trabalhos em altura e possibilitar, assegurar e garantir a estabilidade da estruturas em questão, trazendo assim segurança para a realização de trabalhos em altura por parte de colaboradores próprios e terceiros em atividades rotineiras que exigem acesso às estruturas mencionadas.

6. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

- Certidão de registro de pessoa jurídica no CREA, em nome da proponente, dentro do prazo de validade.
- Certidão de registro de pessoa física no CREA atualizada e válida, relativa ao(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s) solicitado(s), dentro do prazo de validade.

- Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), relativa à execução de serviços com características semelhantes, equivalentes ou superiores ao objeto deste TR;
- Atestado(s) de capacidade técnica simples, detalhado, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) haver a empresa licitante (pessoa jurídica) executado e fornecido, com bom desempenho, serviço(s) com características semelhantes com o objeto desta licitação;
- Não serão admitidos atestados de trabalhos em andamento;
- Deverão ser apresentados atestados a fim de assegurar a experiência e qualificação do profissional e da proponente diante do escopo contemplado, por se tratar de instalação que preza pela vida e segurança dos usuários;
- Não serão aceitos atestados emitidos pelo proponente, em seu próprio nome, nem nenhum outro que não tenha se originado de contratação;
- O responsável técnico, detentor do atestado apresentado, deverá demonstrar vínculo com a proponente, mediante apresentação de ato constitutivo e/ou estatuto e/ou contrato social em vigor, e/ou ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente; ou empregado, mediante apresentação do registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, Contrato de Trabalho e Contrato de Prestação de Serviço ou através de declaração registrada em cartório na qual o profissional autoriza a inclusão de seu nome para fim de participação na concorrência, sendo que esta declaração deverá ser assinada pelo respectivo profissional;
- Será exigido no ato da assinatura do contrato a comprovação da efetiva contratação dos profissionais detentores das Certidões de Acervo Técnico que tenham sido apresentados sob forma de declaração na fase de habilitação;
- O(s) atestado(s) deve(m) conter o nome, endereço e preferencialmente contato telefônico ou qualquer outro meio com o qual a Sesc Minas Gerais possa valer-se para manter contato com a(s) pessoa(s) declarante(s).

7. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA deve observar fielmente o presente Termo de Referência e executar o serviço de acordo com as especificações e exigências descritas no mesmo, devendo arcar com todas as despesas necessárias ao completo cumprimento do objeto de contratação;

7.1.1. O Sesc Minas se reserva o direito de acompanhar a execução das atividades previstas e intervir caso seja identificado procedimento inadequado que possa causar danos aos equipamentos,

infraestrutura, colaboradores e/ou usuários tendo ainda a mesma que corrigir ou reparar os danos de sua autoria e/ou responsabilidade às suas expensas;

7.2. A CONTRATADA deve comunicar formalmente à CONTRATANTE, em horário comercial, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, a ocorrência de qualquer ato, fato ou circunstância que possa atrasar ou impedir a execução dos serviços dentro do prazo previsto no cronograma, bem como, apresentar proposta de nova data e ações para mitigar os impactos;

7.3. A CONTRATADA deve executar os serviços contratados em observância à legislação (Municipal, Estadual ou Federal), respeitando as normas internas e todas as legislações vigentes, sejam elas ambientais, trabalhistas ou de segurança e saúde ocupacional;

7.4. A CONTRATADA é responsável por viabilizar e fornecer todos os recursos e infraestrutura necessários à completa execução dos serviços, incluindo, mas não se limitando, transporte e armazenamento de todas as ferramentas, escadas, andaimes, equipamentos de proteção coletiva e individual inerentes a execução dos serviços;

7.5. É de responsabilidade da CONTRATADA, a guarda e zelo de todo o seu material de trabalho, sendo que a CONTRATANTE não se responsabilizará por extravio ou uso inadequado;

7.6. A empresa CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas de transporte, alimentação e hospedagem de seus colaboradores;

7.7. Os equipamentos que necessitam do uso de energia elétrica para seu funcionamento, deverão ser fornecidos compatíveis com as instalações elétricas disponíveis nas dependências da CONTRATANTE;

7.8. Sendo necessária a utilização de extensões, a CONTRATADA deverá fornecê-las, devendo as mesmas ser em cabo PP e plug's isolados conforme NBR 5410 – NR 10;

7.9. A CONTRATADA deverá manter seu pessoal devidamente uniformizado e identificado (crachá), fornecendo roupas e calçados apropriados para desempenho das atividades de manutenção, não sendo permitido o uso de boné, e se necessário, substituí-lo imediatamente, após solicitação do Gestor do contrato, em caso de atos, comportamentos e postura inadequadas com a política do Sesc em Minas;

7.10. A CONTRATADA deverá fornecer e garantir que seus colaboradores façam o uso dos EPI's e/ou EPC's necessários à execução do serviço contratado;

7.11. Os empregados da CONTRATADA deverão estar devidamente treinados de acordo com as normas vigentes, habilitados e qualificados para prestarem os serviços contratados, estando ciente, a CONTRATADA que o Sesc se resguarda de toda a obrigação de treinamentos e reciclagem o qual serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

7.12. A CONTRATADA deverá fornecer mão de obra suficiente para execução do objeto contratado e que atenda as qualificações técnicas de todos os equipamentos enquadrados neste contrato, com mão de obra especializada;

7.13. Em caso de mudança de profissionais durante a execução do trabalho, a empresa CONTRATADA deverá informar previamente a FISCALIZAÇÃO e apresentar técnicos de currículo compatível com a execução dos serviços contratados;

7.14. Os certificados de credenciamento, especialização e treinamentos dos profissionais da empresa deverão ser apresentados junto com a documentação de segurança do trabalho, comprovando a aptidão e habilitação para realização das atividades de manutenção nos equipamentos;

7.15. O Sesc em Minas se resguarda o direito de intervir e/ou interromper a execução dos serviços caso seja constatada inobediência às normas de segurança, conduta, procedimentos inadequados ou incompatíveis com a atividade realizada, devendo a CONTRATADA arcar com o ônus da interrupção;

7.16. A CONTRATADA é responsável por toda intervenção necessária à execução do serviço, devendo, após a sua conclusão, retornar o local e/ou infraestrutura às condições inicialmente existentes, o que inclui, mas não se limita, a equipamentos internos e externos, abertura/fechamento de válvulas, deslocamento de equipamentos e mobiliários;

7.17. A CONTRATADA deve responsabilizar-se, às suas expensas, pela reparação de todos os serviços nos quais se constatem falhas e/ou estejam em desacordo com as Normas ou portaria do Ministério da Saúde, especificações previstas neste Termo de Referência, sejam entregues incompletos ou com atraso, e quaisquer outras irregularidades por sua única e exclusiva responsabilidade;

7.18. Em caso de comprovada negligência ou não atendimento da qualidade necessária, os serviços prestados serão impugnados pela Fiscalização do Sesc em Minas e a CONTRATADA deverá assumir todo o ônus da sua reparação;

7.19. A CONTRATADA assumirá a responsabilidade sobre quaisquer danos ocorridos em equipamentos ou instalações existentes no imóvel e adjacências, proveniente de suas atividades durante a execução dos serviços;

7.20. A CONTRATADA deve manter sigilo quanto às informações contidas em documentos, papéis e arquivos gravados mediante meio digital, e em qualquer material manipulado ou informação cedida para realização dos serviços, além de todos os documentos que serão produzidos;

8. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

8.1. Disponibilizar o acesso da Contratada, em especial nos locais onde os serviços serão realizados;

8.2. Disponibilizar um colaborador do Sesc em Minas para acompanhar a execução dos serviços junto à contratada;

8.3. Manifestar em até 5 (cinco) dias úteis sobre solicitações, reivindicações, cronogramas, entrega de serviços e outras atividades desenvolvidas pela contratada, de forma que não prejudique a execução do objeto;

8.4. Analisar e validar os relatórios técnicos, produtos e serviços prestados pela contratada e autorizar a ordem de pagamento;

8.5. Notificar a contratada sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização;

8.6. Impedir o ingresso e intervenção de terceiros em locais de acesso restrito, onde estarão armazenados os equipamentos;

8.7. Garantir que nenhuma manutenção ou intervenção seja realizada por terceiros durante a vigência do contrato, sem conhecimento prévio e autorização da contratada;

8.8. A Contratante poderá intervir na forma de trabalho da Contratada quando esta não atender, ou divergir, do método de trabalho da contratante, propondo assim a forma de trabalho que achar mais adequada;

8.9. A Contratante se resguarda no direito de acompanhar a execução das atividades previstas e intervir caso seja identificado procedimento inadequado que possa causar danos aos equipamentos, infraestrutura, empregados e/ou usuários tendo ainda a contratada que corrigir ou reparar os danos de sua autoria e/ou responsabilidade às suas expensas.

9. PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato de prestação do serviço terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de assinatura do Contrato;

9.2. O contrato de prestação do serviço deverá ser executado em um total de até 3 (três) meses ou 90 (noventa) dias corridos, a contar da ordem de início emitida pela CONTRATANTE, sendo segregado nas seguintes etapas:

- Projetos Iniciais (Croquis): 30 (trinta) dias corridos, contados da data de comunicação oficial da fiscalização do contrato;
- Projetos Definitivos: 40 (quarenta) dias corridos, contados da data da comunicação oficial da fiscalização do contrato;
- Execução: 30 (trinta) dias corridos, contados da data da comunicação oficial da fiscalização do contrato.

10. FISCALIZAÇÃO

10.1. Sem prejuízo ou dispensa das obrigações da empresa proponente, o Sesc em Minas exercerá ampla supervisão, controle e fiscalização sobre a execução do contrato, através de equipe própria de prepostos seus, devidamente credenciados, ou empresa contratada;

10.2. A execução do objeto da presente contratação, será acompanhada pelo fiscal designado pelo Sesc Minas.

11. VISITA TÉCNICA

11.1. A realização de visita técnica prévia a Unidade do Sesc para conhecimento dos locais, de execução dos serviços, averiguações e compreensão das especificações técnicas e quantitativos, é FACULTATIVA;

11.2. A visita técnica poderá ser realizada mediante agendamento prévio e disponibilidade da Contratante;

11.3. O contato para agendamento deverá ser realizado com Pedro Carneiro pelo telefone (31) 3279-1419 ou e-mail: pedrocarneiro@sescmg.com.br;

11.4. Caso a visita não seja realizada, a contratante entenderá que a contratada tem conhecimento do local dos serviços, das dimensões corretas e não tem dúvida em relação ao desenvolvimento do escopo.

12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS

12.1. A contratada deve observar e atender as condições de emissão de nota fiscal dos serviços realizados conforme procedimentos e exigências do contratante no tocante à data de emissão, prazo para pagamento e demais informações pertinentes;

12.2. A emissão de nota fiscal somente será autorizada após validação dos serviços realizados;

12.3. Havendo necessidade de correções, adequações ou complementações, a contratada deverá proceder com as devidas correções, ficando a emissão de nota fiscal dos serviços condicionada à entrega satisfatória do serviço;

12.4. O pagamento dos serviços será realizado em até 30 dias após a emissão e recebimento da Nota Fiscal, conforme critérios abaixo:

12.4.1. As Notas Fiscais emitidas entre os dias 01 e 05 do mês corrente, serão pagas no próximo dia 25;

12.4.2. As Notas Fiscais emitidas entre os dias 06 e 15 do mês corrente, serão pagas no dia 05 do mês subsequente;

12.4.3. As Notas Fiscais emitidas entre os dias 16 e 20 do mês corrente, serão pagas no dia 15 do mês subsequente.

12.4.4. A Nota Fiscal deverá ser emitida até o dia 20 do mês da prestação e validação final dos serviços.

12.4.5. Caso o serviço seja finalizado após o dia 20 do respectivo mês, a Nota Fiscal só poderá ser emitida após o dia 1º do mês subsequente, não ultrapassando o dia 20.

12.5. Não serão aceitas notas fiscais emitidas após o dia 20 do mês;

12.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação contratual ou da entrega do objeto em sua totalidade;

12.7. A CONTRATADA deverá apresentar semanalmente a fiscalização o boletim de serviços e produção para liberação das medições mensais;

12.8. Em virtude do não detalhamento de projeto, serão realizadas medições mensais e unitárias dos serviços realizados entre os dias 15 e 20 de cada mês.

12.9. Os percentuais de mobilização, manutenção de canteiro e desmobilização serão definidos em reunião inicial de mobilização devido as sazonalidades climáticas e a disponibilidade de espaços na unidade para realização dos serviços, sendo uma sugeridos percentual inicial de 30% para mobilização, 20% para desmobilização e os demais 50% sendo distribuídos proporcionalmente conforme o avanço dos serviços realizados até a data da medição durante os meses de execução do objeto visando custear a manutenção do canteiro.

13. REAJUSTE

13.1. O contrato poderá ser reajustado mediante negociação entre as partes e a formalização do pedido, tendo como limite máximo a variação do IPCA – Índice nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou outro indexador que venha a substituí-lo, ocorrida nos últimos 12 (doze) meses contados da data da apresentação da proposta ou do último reajuste.

13.2. Além do previsto nos itens anteriores, os valores poderão ser alterados para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do Contratado e a retribuição para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas hipóteses legais, em que sobrevierem fatos imprevisíveis,

ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea económica extraordinária e extracontratual.

14. PENALIDADES

14.1. As condições de aplicação das penalidades serão previstas na minuta contratual, devendo garantir a possibilidade de multa moratória e compensatória além da suspensão do direito de licitar.

15. CRONOGRAMA DOS SERVIÇOS

15.1. A contratada deverá enviar à fiscalização antes do início das atividades cronograma de serviços a serem executados. A contratada juntamente com a fiscalização irá validar o cronograma proposto em reunião de kickoff. Caso seja necessário realizar revisão por motivo superveniente a contratada e fiscalização repactuarão novo cronograma em até 5 (cinco) dias úteis.

16. DIRETRIZES DE SAÚDE, SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO – SESMT

16.1. A Contratada deverá seguir o formulário de diretrizes de segurança de trabalho do Sesc em Minas, anexo específico, apresentado seus documentos listados à fiscalização quando solicitado.

16.2. Deverá ser apresentada APR ao fiscal do contrato antes do início das atividades, contendo assinatura de todos os colaboradores. A APR deverá ficar na frente de serviço em local de fácil consulta;

16.3. Deverá ser apresentado formulário em caso de acidentes, este formulário é fornecido pelo Sesc Minas para preenchimento no início da mobilização. As quantidades constam no anexo I deste termo de referência.

16.4. A empresa deverá apresentar em até 10 (dez) dias úteis as documentações para a mobilização da equipe, a contar da data de aceite e ciência de recebimento do PAF pela Contratada, realizado por e-mail de formalização da Contratante. Em caso de não atendimento ao prazo estipulado o Sesc se resguarda ao direito de cancelamento do PAF/Contrato/prestação do serviço.

17. SUBCONTRATAÇÃO

17.1. É vedado a subcontratação dos serviços do objeto deste termo de referência.

18. PROPOSTA DE PREÇOS

18.1. A Proponente deverá indicar no modelo de proposta o valor total dos serviços prestados.

18.2. A licitante deverá apresentar juntamente com a proposta os atestados ou boletins técnicos de qualidade para os materiais premium ofertados.

19. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

19.1. O critério de escolha da licitação será o de menor preço global, opção mais vantajosa ao Sesc em função do objeto. Propiciará um ganho significativo para o Sesc em Minas, desonerando assim o trabalho das equipes, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos, gestão e controle, garantindo a economia de escala, celeridade processual e principalmente a escolha da proposta mais vantajosa.

20. GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

20.1. Gestor do contrato: Gerente de Manutenção;

20.2. Fiscal do contrato: Engenheiro de Manutenção;

20.3. Fiscal suplente do contrato: Técnico de Campo.

21. GARANTIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

21.1. A CONTRATADA, após a entrega efetiva dos serviços e sua respectiva aprovação e aceite por parte da fiscalização, deverá dar como garantia de seus trabalhos, o lapso temporal de 12 (doze) meses. A garantia compreende o resultado dos trabalhos realizados e quaisquer ocorrências oriundas de uso normal, ou mesmo por culpa ou dolo da CONTRATANTE não estão inclusos. A CONTRATADA fornecerá garantia contra quaisquer tipos de defeitos ou de falhas nos materiais, acessórios do fabricante bem como em todas as etapas da prestação de serviços. A garantia inclui todos os serviços prestados, bem como as peças e materiais utilizados e deverá ser oferecida pelo fornecedor.